

Patrícia Falco Genovez\*

## ⇒ Orden pela liberdade, liberdade pela ordem: a política e o poder no Império: Minas e a Corte

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo aprofundar o estudo da forma como se estabeleceu a relação entre a Corte (Rio de Janeiro) e a província de Minas Gerais, ao longo do Segundo Reinado, no Brasil. Esta relação será apreciada de diferentes ângulos, abordando: 1) a questão territorialista, evocando a transformação geográfica do espaço no qual a elite mineira se enraíza, indicando-se ainda alguns traços de sua relação com o centro do Império; 2) a formação de diferentes regiões na província mineira e de seu universo partidário; 3) as titulações que perpassam o mundo da política mineira, as quais intensificam e dão contornos mais nítidos às suas redes de influência.

**Palavras chave:** Política; Partidos; Minas Gerais; Brasil; Século XIX.

Camacho era homem político. Formado em direito em 1844, pela Faculdade do Recife, voltara para a província natal, onde começou a advogar; mas a advocacia era um pretexto. Já na academia, escrevera um jornal político, sem partido definido, mas com muitas idéias colhidas aqui e ali, e expostas em estilo meio magro e meio inchado. Pessoa que recolheu esses primeiros frutos de Camacho fez um índice dos seus princípios e aspirações:

- ordem pela liberdade, liberdade pela ordem;
- a autoridade não pode abusar da lei, sem esbofetear-se a si própria;
- a vida dos princípios é a necessidade moral das nações novas como das nações velhas;
- dai-me boa política, dar-vos-ei boas finanças (Barão Louis);
- mergulhem no Jordão constitucional;
- dai passagem aos valentes, homens do poder; eles serão os vossos sustentáculos, etc., etc.

Na província natal, essa ordem de idéias teve de ceder a outras e o mesmo se pode dizer do estilo. Fundou ali um jornal; mas, sendo a política local menos abstrata, Camacho aparou as asas e desceu às nomeações de delegados, às obras provinciais, às gratificações, à luta com a folha adversa, e aos nomes próprios e impróprios. A adjetivação exigiu grande apuro. Nefasto, esbanjador, vergonhoso, perverso, foram os termos obrigados, enquanto atacou o governo; mas, logo que, por uma mudança de presidente, passou a defendê-lo, as qualificações mudaram também, enérgico, ilustrado, justiceiro, fiel aos princípios, verdadeira glória da administração, etc., etc. Esse tiroteio durou três anos. No fim deles, a paixão política dominava a alma do jovem bacharel.

Membro da assembléia provincial, logo depois da Câmara dos Deputados, presidente de uma província de segunda ordem, onde por natural mudança do destino, leu nas folhas da ope-

---

\* *Doutora em História Moderna e Contemporânea, com enfoque em Cultura e Sociedade, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil.*

sição todos os nomes que escrevera outrora, nefasto, esbanjador, vergonhoso, perverso. Camacho teve dias grandes e pequenos, andou fora e dentro da Câmara, orou, escreveu, lutou constantemente. Acabou por vir morar na capital do Império. Deputado da conciliação dos partidos, viu governar o Marquês de Paraná, e instou por algumas nomeações em que foi atendido; mas, se é certo que o marquês lhe pedia conselhos, e usava confiar-lhe os planos que trazia, ninguém podia afirmá-lo, porque ele, em se tratando da própria consideração, mentia sem dificuldade.

O que se pode crer é que queria ser ministro, e trabalhou por obtê-lo. Agregou-se a vários grupos, segundo lhe parecia acertado; na Câmara discorria largamente sobre matérias de administração, acumulava algarismos, artigos de legislação, pedaços de relatório, trechos de autores franceses, embora mal traduzidos. Mas, entre a espiga e a mão, está o muro de que fala o poeta; e por mais que o nosso homem estendesse a mão do seu desejo para colhê-la, a espiga lá ficava do lado oposto, donde a arrancavam outras mãos, mais ou menos sôfregas, ou até descuidadas (Machado de Assis 1959: vol. I, capítulo LVII).

O texto literário de Machado de Assis dá uma idéia das engrenagens da política ao longo do Segundo Reinado brasileiro. Mas será que Camacho pode ser encarado como uma personagem exemplar, capaz de encarnar as aspirações, o estilo e a trajetória pretendida por muitos nomes reais que atuaram no palco da política? Uma coisa é certa: este palco, sem dúvida, é vasto e carece de um olhar mais atento para o desenrolar dos diferentes dramas que o compõe.

Dessa forma, encarar a política a partir de seus diferentes dramas exige uma visão multifocal e multipolar da sociedade imperial (Elias 1994). Traz, aliás, certamente um desafio ainda maior: perceber não apenas as múltiplas faces do poder político, mas também sua dinâmica. Principalmente a dinâmica estabelecida entre o centro do Império e as redes de poderes locais, um debate que sabemos não ser novo na historiografia, principalmente naquela voltada para a história colonial (Gouvêa 1998). Mas apesar de não se tratar de um assunto absolutamente novo, consideramos importante registrar que a contribuição pretendida no presente artigo é aprofundar o estudo da forma como se estabeleceu a relação entre a Corte e a província de Minas Gerais. Esta relação será apreciada de diferentes ângulos, ainda que, dada a natureza ensaística deste trabalho, seja possível apenas apontar algumas pistas no que se refere: 1) à questão territorialista, evocando a transformação geográfica do espaço no qual a elite mineira se enraíza, indicando-se ainda alguns traços de sua relação com o centro do Império; 2) à formação, intrinsecamente relacionada ao item anterior, de diferentes regiões na província mineira e de seu universo partidário; 3) às titulações que perpassam o mundo da política mineira e que, conforme veremos adiante, intensificam e dão contornos mais nítidos às suas redes de influência.

Mas, por que Minas Gerais? O que tornaria esta província a eleita para um artigo que busca lançar novas luzes sobre a questão do poder no Império? Por que falar de Minas em relação à Corte e não de outras províncias? Inicialmente, podemos responder a tais questões apontando a significativa importância política, econômica e social da província mineira, no contexto geral da monarquia brasileira. Mas, para além de sua importância no contexto monárquico, que a iguala a outras províncias de peso, podemos apontar outras singularidades de Minas Gerais, presentes desde o período colonial: 1) Minas apresentava um dos maiores contingentes populacionais do Brasil, com destaque para a população escrava de origem africana; 2) possuía uma marca singular, deixada pela eco-

nomia de extração do ouro, tanto em termos econômicos e sociais como especialmente em termos político-administrativos, haja vista a precoce instalação em seu território de uma complexa rede de agentes administrativos associados à lucrativa atividade mineradora. Tal fato acabou por concorrer para a transferência da capital do Vice-Reino do Brasil para a cidade do Rio de Janeiro, na província vizinha de mesmo nome. Além disso, observa-se também 3) a organização de um grande número de instituições de caráter religioso na província; 4) sua importância em termos do abastecimento do centro sul do Brasil na virada do século XVIII para o XIX e 5) um grande número de políticos que se denominavam liberais numa província que possuía a maior população escrava do Império – fato que gera uma certa contradição, tendo em vista que, se por um lado, o discurso liberal vai ao encontro das aspirações por maiores liberdades provinciais e locais, por outro, entra em choque com a necessidade de manutenção da ordem e do regime escravista, em seu auge na província mineira.

Esses são aspectos que lançam ao historiador o desafio constante de propor o caso mineiro, ora como exemplar do que ocorria em várias partes do Império, ora como singular, apontando especificidades da província.

Mas, dadas as pretensões limitadas do presente trabalho, torna-se imperioso propor alguns recortes, mesmo que se reconheça a importância de vislumbrar a estrutura estatal herdada do Império português e sustentada nos paradigmas jurisdicionalista, poli-sinodal e burocrático (Hespanha 1994: 278 a 293).<sup>1</sup> Não temos a intenção de perder de vista a dinâmica entre esses paradigmas, o que não nos impede de fixar nossa proposta em apenas um aspecto: as redes clientelistas, que tanto informavam quanto eram informadas por tais paradigmas. A questão clientelista será tratada na perspectiva de mostrar algumas das engrenagens de poder dentro da política mineira, no sentido de perceber as ligações familiares, de amizade e de compadrio que se estabeleceram tanto na Assembléia Provincial quanto na Assembléia Geral, e de apontar a importância dessas relações nas nomeações executadas pela Corte, seja para os cargos de grande relevância como o de Senador do Império, seja para os cargos do aparato judiciário.

Esse recorte nos permitirá uma análise da sociedade política mineira sob um novo ângulo, ainda pouco explorado, tomando como pressuposto as heranças advindas do Antigo Regime português, o qual se baseava numa visão cosmogônica e orgânica da sociedade. É a partir deste prisma que a sociedade mineira será analisada, enfocando com mais acuidade a sua relação com a Corte, o centro do Império brasileiro. Tal recorte nos leva a avançar, em certa medida, em relação à proposta de Richard Graham, que vê no clientelismo o elemento que “constituía a trama da política, no Brasil do século XIX, e

---

<sup>1</sup> O paradigma jurisdicionalista corresponde às várias zonas funcionais de atividade do poder: justiça, Estado, guerra, graça, consciência, fazenda e governo. De acordo com Hespanha, “o paradigma jurisdicionalista limitava fortemente a capacidade de ação da coroa. Não só ao persistir numa concepção do poder que apenas parcamente lhe concedia poderes integráveis numa administração ativa, promotora de novos equilíbrios sociais e políticos, como ao subordinar toda a atividade da coroa às regras de uma *prudentia iuris*, norteada pela conservação da ordem estabelecida e servida por um estamento corporativista e eminentemente conservador (no sentido mais radical do termo) – os juristas – barricados em conselhos e tribunais palatinos cuja cooperação no governo era considerada indispensável” (1994: 286). O paradigma poli-sinodal corresponde a um suporte organizacional constituído de conselhos, tribunais ou juntas. O paradigma burocrático caracteriza-se por um estilo no qual o expediente passa a ser escrito, tornando-se peça de consulta e permitindo o armazenamento de informações.

sustentava virtualmente todo o ato político” (1997: 15). Intrinsecamente relacionada ao poder político e às complexas redes de relações que abrangem as noções de centro e periferia, nossa proposta é perceber o clientelismo – estabelecido entre o Estado e os diferentes grupos sociais – não como elemento constituidor da trama política, mas como mais uma estratégia de barganha, plenamente aceitável e, por que não dizer, esperada no comportamento político brasileiro, herdado de Portugal. São estas heranças portuguesas que darão o perfil dos valores da sociedade da época, quais sejam: honra e tradição, assim como a noção de indivíduo, sempre vinculado a um grupo ou função social, conforme trataremos mais adiante. Estes elementos estarão, por sua vez, informando as relações e as trocas de favores, numa rede infundável de influências e amizades (redes clientelistas), que ganham dinâmica no que podemos chamar de *economia política de privilégios*. Tal conceito corresponde à distribuição de mercês, reforçando a sujeição e o sentimento de pertença, criando cadeias de negociação. Este conceito é muito importante porque rompe com a visão dicotômica de centro e periferia, além de abrir espaço para se pensar o conceito de economia do bem comum, qual seja, o contexto no qual as mercês e os cargos administrativos eram tratados como estratégias e/ou instrumentos de negociação, num mercado regulado pela cultura política e pela oferta e procura (Fragoso/Gouvêa/Bicalho 2000; Xavier/Hespanha 1993: 381-394).

Não obstante, para realizar tal intento, precisaremos abordar algumas noções preliminares a respeito dos aparatos administrativo e jurídico instalados na província mineira, do controle social empreendido, da formação das instâncias de poder e das famílias que dominavam tal cenário. Este último tópico constitui nosso principal exemplo explicativo. Contudo, para falar de tais instâncias de poder e das redes clientelistas que faziam parte delas, é importante questionar a validade de se discutir a relação centro/periferia.

### **Centro e periferia: as múltiplas relações de poder em Minas e no Império**

Em primeiro lugar, precisamos compreender a complexidade envolvida na discussão dos termos centro e periferia, ou seja, deve-se levar em conta as questões: geográfica – abrangendo a demografia e o espaço –, político-administrativa, econômico-financeira, religiosa e artística.<sup>2</sup> Não pretendemos aqui exaurir teórica e metodologicamente tais perspectivas, mas apontar os elementos básicos daquelas que nos permitirão visualizar melhor as relações de poder entre a província de Minas e a Corte. É importante ressaltar que, a partir de tais perspectivas, é possível detectar não apenas uma única relação entre centro e periferia mas várias relações. Pode-se, ainda, identificar tais relações dentro da própria província mineira, integrando e hierarquizando, numa dinâmica específica de repartição do poder local, o centro provincial e suas várias periferias. É a partir do jogo estabelecido entre esses dois flancos de poder (centro e província) que propomos uma reflexão sobre as redes infundáveis de influência que se estabelecem no âmbito político e fora do contexto estritamente institucional. Aqui, os clãs dão uma dinâmica própria às disputas de poder, misturando sangue, honra, tradição e interesses econômicos e ligando-se ao centro através das titulações.

<sup>2</sup> Ginzburg (1989: cap. I); Hespanha (1994: cap. II); Russell-Wood (1998); Gouvêa (1998).

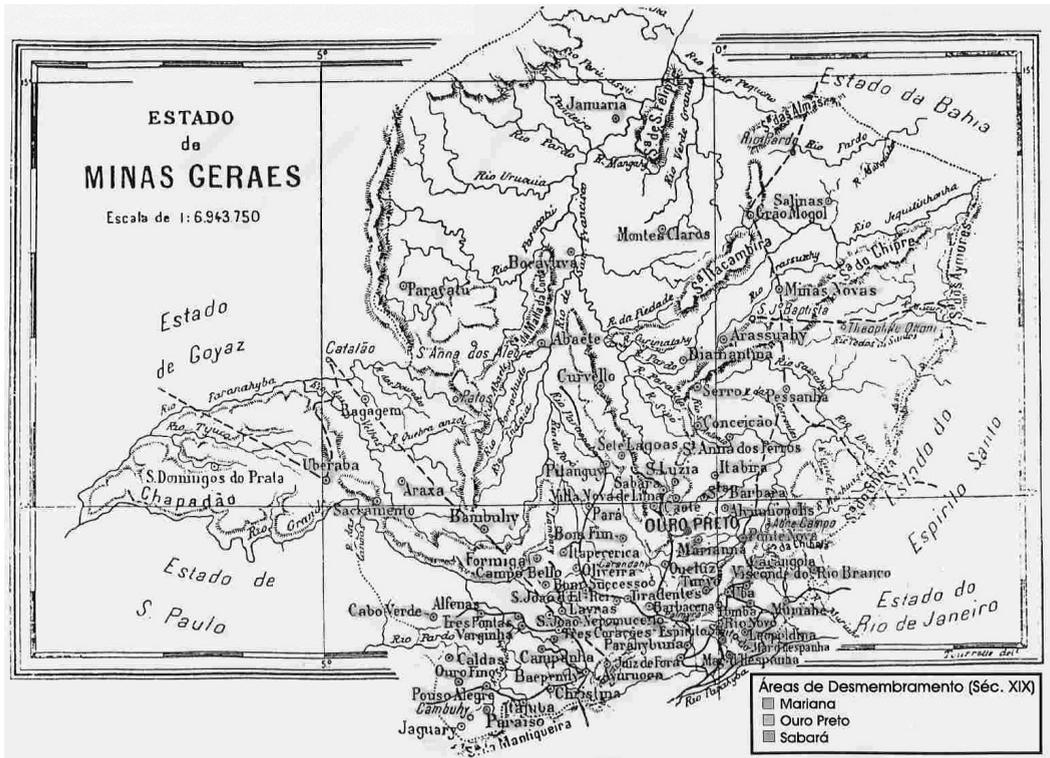
A partir da questão geográfica percebemos a estrutura demográfica como um dos fatores condicionantes da distribuição do poder político, observando-se que a densidade populacional também pode influenciar as estruturas de poder. Desta maneira, podemos afirmar que, de um modo geral, as áreas possuidoras de uma maior densidade populacional apresentam uma tradição política mais enraizada, o que as torna centro de influência tanto política quanto institucional em relação a outras áreas menos densamente povoadas. Tal ocorre porque a intensidade da ocupação de um determinado território estabelece sistemas de convivência que acabam por multiplicar as relações comunitárias e, conseqüentemente, por reforçar a marcação política do espaço. No Brasil, este fato se tornou emblemático desde o período colonial, quando a política pombalina buscou proporcionar uma maior participação dos colonos no governo, em virtude do aumento demográfico significativo. Aqueles colonos que se envolveram no processo estavam muito mais motivados pelas perspectivas de auto-enriquecimento, pelas lealdades surgidas a partir das relações familiares e pelas redes de interesses espaciais locais do que pelos interesses de um rei distante (Ginzburg 1989: 24-29; Hespanha 1994: 61-86).

Este dado é importante também do ponto de vista geográfico, porque mostra que as populações não são indiferentes ao fato de viverem longe ou perto da sede da justiça e da administração oficial. Por um lado, a distância interfere nos modos de relacionamento, determinando a influência política e institucional de certos grupos e/ou famílias, que, por sua vez, exigirão a ocupação de novas terras ou a repartição das já existentes. Por outro lado, esta reorganização espacial também possui uma simbologia social e passa a conformar “a mentalidade social e a participar, com outros aparelhos culturais, num trabalho de inculcação ideológica, nomeadamente, na difusão dos valores sociais e políticos dominantes e na constituição duma certa imagem da ordem social” (Hespanha 1994: 87; ver também Russell-Wood 1998).

De acordo com a historiografia colonial, é fato que a Coroa não tinha nenhum projeto administrativo que buscasse contemplar os interesses do Brasil. Foi somente no século XVIII, com a descoberta do ouro na região central da colônia (Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso), que se alterou um pouco a área de influência política, econômica e demográfica das regiões litorâneas. Minas Gerais surge, neste período, como um novo núcleo populacional significativo, congregando cerca de 20% da população da colônia: 319.769 habitantes em 1776 e 407.004 em 1805, com aproximadamente 74% de africanos. Esse processo gerou a necessidade de criação de novas capitanias como as de Minas, que se separou de São Paulo em 1720, de Goiás e de Mato Grosso (Russell-Wood 1998). Apesar de uma subdivisão mais complexa entre os territórios provinciais, era comum, na segunda metade do século XIX, a idéia de que o Estado brasileiro se dividia em duas regiões: o Norte (do Amazonas à Bahia) e o Sul (do Espírito Santo ao Rio Grande), noção que permaneceu até a República Velha (Mello 1999: 15).

A questão da densidade populacional constitui um elemento importante, porque teve implicações diretas na desigualdade do número de representantes nas Câmaras Legislativas desde o final do período colonial, quando das instruções de 17 de março de 1821 para as eleições de Deputados das Cortes. De acordo com a Constituição adotada pelo Reino Unido, ficava determinado que cada província no Brasil deveria eleger um representante para cada 30.000 habitantes (Souza 1880: 52). Já no Segundo Reinado, a densidade demográfica de Minas garantiu-lhe uma grande bancada, com 20 deputados, superando a Bahia (14), Pernambuco (13) e Rio de Janeiro (12) (Mello 1999: 18). Como a

### Província de Minas Gerais - Século XIX



Fonte: Galvão, B.F.R.: *Almanaque Brasileiro Garnier para o ano de 1903*. Rio de Janeiro, Ano 1, p. 152.<sup>3</sup>

organização ministerial deveria contemplar os membros das grandes bancadas, as listas dos potenciais ministros sempre apontavam na direção das províncias que já desfrutavam de grande influência política, proporcionando um rateio dos cargos ministeriais, visando a atender as reivindicações regionais (Souza 1880: 106; Mello 1999: 20).

Pelos dados compilados por Carvalho (1996: 120), Minas Gerais, no início do Segundo Reinado, contava com a maior porcentagem de população (16,93%), superando o Rio/Corte (15,63%) e a Bahia (14,33%). Contudo, esta última província apresentava uma porcentagem maior de ministros (26,09%) em relação a Minas (21,75%). Por outro lado, os mineiros tinham um número bem mais elevado de deputados (19,02%), quando se compara com os baianos (13,33%) e as demais províncias. Mais adiante veremos, com mais detalhes, de que forma o comportamento político mineiro diferia do baiano.

De um modo geral, essas correlações de forças ficavam submetidas a São Cristóvão, o centro do Império. “Via-de-regra, o aspirante bafejado pelo Imperador não tinha difi-

<sup>3</sup> A área de desmembramento identificada no mapa não consta do original. Essa área foi elaborada a partir da obra de Costa (1970: 92 a).

culdades em recrutar duas ou três bancadas importantes, a que se agregavam as deputações de províncias satélites ou mesmo as dissidências das bancadas que permaneciam hostis” (Mello 1999: 20). A engrenagem não parava por aí. O Poder Moderador escolhia o ministério que, por sua vez, fazia a eleição e esta fazia a maioria. Dentro deste mecanismo político, por trás do poder dos gabinetes situava-se uma proeminente camada de influências. Esta camada de influências se constituía numa teia de amizades e laços familiares que partia do interior da província mineira, a exemplo do ocorrido no restante do território brasileiro, e encontrava na sua região mais antiga, ligada à extração aurífera do período colonial, seu ponto mais privilegiado.

Partindo-se dos condicionantes de distribuição do poder, centrados na densidade populacional, podemos propor uma visão diferenciada das áreas que compunham o território mineiro. Deixando de lado as divisões geográficas mais recentes, buscaremos analisar o poder em Minas a partir das vilas Sabará, Ouro Preto e Mariana, núcleos iniciais do povoamento desta província. Partindo das noções de núcleo ou centro (vila ou cidade com papel multifuncional) e periferia<sup>4</sup> desenvolvidas por Russell-Wood, deve-se ressaltar que as combinações entre centro e as diferentes categorias de periferia podiam sofrer alterações ao longo do tempo (Russell-Wood 1998: 8).

Assim, num primeiro momento, podemos pensar as três primeiras vilas mineiras como áreas periféricas em relação ao centro do Império luso, o Rio de Janeiro (Russell-Wood 1998; Gouvêa 1998). O Rio foi um importante escoadouro portuário do ouro extraído nas Minas, além de ter sido um entreposto de produtos importados, cuja demanda era imensa nas regiões de mineração. No pós-mineração, o Rio se mostrou, novamente, como o principal mercado para os produtos da lavoura e da pecuária mineiras. A área mineradora se comportou, portanto, como uma espécie de hinterland. Em outras palavras, configurou uma área distante do centro, desenvolvendo porém um relacionamento direto e profícuo com o mesmo, ainda que desigual. Com o decorrer do tempo, estabeleceram-se novas relações satélites com as primeiras cabeças de comarcas, a partir do surgimento de novas vilas e cidades.

Estes últimos dados são importantes para, em primeiro lugar, tentarmos avaliar a questão política de Minas Gerais a partir dos desmembramentos municipais, de acordo com a evolução histórica das três áreas originárias da região aurífera, surgidas ainda no século XVIII e gradativamente subdivididas em novos municípios. Esta perspectiva de análise é a mais adequada para mostrar o desenvolvimento do poder em Minas, uma vez que parte dos primeiros movimentos de ocupação do seu espaço geográfico, dividido entre as três vilas iniciais de Sabará, Ouro Preto e Mariana. Outro ponto positivo dessa perspectiva é o respeito pela evolução dos poderes locais, considerando o surgimento das elites autóctones, sedentas de partilhar postos de destaque na localidade. Este movimento de desmembramento do poder, aliado à questão do crescimento demográfico de um determinado local, acaba fomentando o surgimento de novos municípios, o que, por sua vez, implica a diminuição da jurisdição e dos tributos do município de origem. Não se

---

<sup>4</sup> A noção de periferia, de acordo com o autor, compreende diferentes categorias: *umland*: área imediatamente contínua a um núcleo, com ligações culturais, políticas, econômicas e sociais; *hinterland*: não possui uma fronteira comum com o núcleo, embora tenha um relacionamento com o mesmo; *vorland*: área com intensa conexão com o núcleo, porém sem continuidade territorial

trata, portanto, de um mero desmembramento espacial mas também das elites e, conseqüentemente, do poder.

Este comportamento pode ser compreendido num paralelo com o processo territorialista ocorrido no Antigo Regime português, onde as especificidades do sistema constituído permaneciam, praticamente, inalteráveis (Barbosa Filho 2000: 103, 221, 240, 246 e 247). A lógica territorialista sempre joga para as áreas de fronteira os elementos desestabilizadores e, tanto no Antigo Regime português quanto na província mineira, as áreas de fronteira tiveram um papel importante: impediram mudanças sociais profundas em momentos de crise. Sem uma perspectiva razoável para as elites constituídas ao redor das lavras de ouro, a solução, ao velho estilo, foi a realocação destas elites em áreas diferentes, ainda pouco habitadas. Na medida em que os grupos são realocados, permanece a morfologia social preexistente, reproduzindo-se o mesmo quadro de valores. Ou seja, o que antes estava concentrado na região central, de extração aurífera, passa a ser redistribuído, gerando sucessivos desmembramentos municipais e seus respectivos grupos, com espaço suficiente para buscar riquezas e honrarias. Este padrão era bem aceito numa sociedade que não podia correr riscos em função de sua forte base escravocrata, como já colocado acima. Além disso, os esforços de alguns grupos familiares sempre eram traduzidos em títulos de nobreza, comendas e cargos, trunfos importantes no exercício do poder local e regional. Contudo, esse processo gerava também a divisão desta elite que freqüentemente lutava para alcançar cargos administrativos e políticos, como ocorreu em vários momentos na província mineira, conforme veremos adiante, no bojo dos movimentos separatistas ocorridos nesta província.

Como se pode perceber, não estamos partindo da organização administrativa inicial da antiga capitania através da criação das comarcas de Vila Rica do Ouro Preto, de Vila Real do Sabará ou Rio das Velhas, do Rio das Mortes e a do Serro Frio. Esta divisão, visando a uma melhor administração da justiça, ocorreu em 1714, depois da criação das primeiras vilas (Vasconcelos 1994: 87). A perspectiva histórica dos desmembramentos pode ser vista como uma alternativa à divisão geográfica do território mineiro por regiões, definidas no século XX através de critérios que abarcavam características físicas ou de desenvolvimento econômico indicadas por instituições ou secretarias governamentais. Do ponto de vista histórico, rompe-se com a idéia do mosaico mineiro, formulada por John Wirth (1982). De fato, com uma análise dos trabalhos históricos sobre Minas pode-se vislumbrar uma tendência freqüente em identificar regiões e sub-regiões: os memorialistas, viajantes e cronistas identificavam uma “região mineira”, localizada no centro da capitania; na primeira metade do século XX, os trabalhos de cunho político identificaram uma “região político-administrativa”; a partir da década de 70, a idéia do “mosaico mineiro”; na década de 80, a idéia de “região-mercado” (Oliveira 1999: 1-8).

Hoje, a historiografia aponta na direção de um melhor dimensionamento de Minas, percebendo a dinâmica das diferentes áreas, perspectiva que permite reavaliar a relação entre o centro de Minas Gerais e suas periferias, mostrando uma maior complexidade. Os estudos têm aclarado as bases da expansão cafeeira na Zona da Mata mineira a partir de um “lento processo de acumulação de capitais endógenos, tradicionalmente auferidos nas lavras de ouro e, estrategicamente, retirados e investidos em outras atividades mais rentáveis e seguras, como a economia mercantil de alimentos” (Oliveira 1999: 19). Tal fato vem corroborar a idéia, já exposta acima, sobre os desmembramentos a partir dos

municípios iniciais, ocasião em que ocorria não apenas uma divisão geográfica, mas também de poder e da elite ali fixada.

Para efetuar uma análise que contemple a evolução histórica de Minas, respeitando sua evolução demográfica e a ocupação por grupos familiares, teríamos que reagrupar as regiões geográficas. Assim, a área administrativa oriunda de Ouro Preto compreenderia a parte Sul da região Metalúrgica (exceto Mariana) mais as regiões do Campo das Vertentes, do Sul e o sul da Zona da Mata; a área administrativa originária de Mariana abrangeeria uma pequena parte da região Metalúrgica e praticamente toda a Zona da Mata; e a área oriunda de Sabará abarcaria grande parte da região Metalúrgica e as demais regiões mineiras, perfazendo mais de dois terços do território da antiga província.

Com o seu desenvolvimento, Vila Rica (Ouro Preto) ganhou o status de núcleo em razão de seu papel na produção e na administração aurífera, apresentando, portanto, um comportamento multidimensional. Com a decadência da extração do ouro, Vila Rica continuou como capital da província, executando funções comerciais, administrativas e sociais. Contudo, encontrava-se isolada do ponto de vista econômico em relação a Sabará, São João Del Rei, Ribeirão do Carmo, Vila do Príncipe, Vila Bela e Vila Boa (Russell-Wood 1998: 17).

Na década de 50, com o Segundo Reinado já consolidado, o Rio continuou como centro não só para Minas mas para todo o Império. Ouro Preto continuou também como centro político de Minas, mas, a partir da década de 1850, começaram a surgir novas formas de contestação, principalmente nas áreas ao noroeste e ao sul da província, fomentando um desejo recorrente de divisão da província (Souza 1880: 72). Sem pegar em armas e sem conspirações, essas diferentes partes da província mineira buscaram alternativas para modificar o relacionamento e a ocupação dos postos de poder. A divisão, em ambos os casos, tanto na área ao noroeste quanto naquela ao sul, trouxe à luz o velho problema da distância do centro do poder dentro da província, o ressentimento e a necessidade de estar mais próximo do centro das decisões, numa defesa integrada de interesses específicos. Numa visão mais ampla, em relação ao centro do Império e às demais províncias, a divisão de Minas poderia redefinir o jogo do poder já constituído na Assembléia. Isto porque, juntamente com Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, esta província possuía um número de representantes equivalente ao de dezesseis províncias juntas. As quatro províncias acima citadas tinham força suficiente para “ditar a lei a todo o Império” (Souza 1880: 102).

É dentro deste jogo de poder e interesses que temos que avaliar os projetos de divisão apresentados em Minas, sempre relacionando-os às redes de poder internas e às necessidades diferenciadas de cada uma de suas áreas, bem como a um movimento mais amplo, de redefinição nacional de uma elite que caminha para a sustentação de sua base escravista e que, na década de 50, começa a definir o café como seu principal produto.

## **Os projetos separatistas da província mineira e as redefinições da elite**

Este movimento de redefinição da elite, gerando projetos separatistas no âmbito provincial, pode ser sentido quando da primeira proposta de divisão, apresentada pela região localizada a noroeste da província, oriunda da área desmembrada a partir da antiga Vila de Sabará. O projeto foi apresentado à Assembléia Provincial na legislatura de 1852.

Esta câmara era, segundo conseguimos apurar, predominantemente conservadora. Entre os deputados conservadores pudemos identificar aqueles que possuíam uma ligação por nascimento ou por atuação com a área desmembrada a partir de Sabará: Agostinho José Ferreira Bretas, Rodrigo José Ferreira Bretas, Bento Alves Gondim, Carlos José Versiani, Francisco de Paula Ramos Horta, Hermógenes Casimiro de Araújo, Fulgêncio Alves Pereira, Joaquim Pedro de Melo e Manoel José Pinto.

Esta proposta foi transmitida ao poder central em um relatório do Presidente de Província Luiz Antônio Barbosa, em 1853. A idéia era a de criar a Província do Rio São Francisco, tendo como centro a Vila do Urubu, compreendendo os municípios de São Romão, Januária e Paracatu.<sup>5</sup> Em seu relatório, o Presidente da Província mostrou-se completamente desfavorável à divisão, pois a planejada construção de um porto no rio São Francisco, destinado ao escoamento da produção de alimentos e, principalmente, do café, poderia acarretar grandes perdas para Minas Gerais e altos lucros para a elite agrária do noroeste da província.

No sul de Minas, as propostas surgiram logo em seguida, em 1854, 1863, 1868 e 1884. A região mais ao sul, desmembrada a partir de Campanha, foi justamente a área que reclamou com maior freqüência por mais representatividade, a ponto de apresentar por meio de vários políticos uma proposta separatista para este e outros municípios oriundos de sua área territorial, visando à formação da Província Sul-Mineira ou Província do Sul de Minas. Essas idéias foram veiculadas através dos jornais *Nova Província* e *Sul de Minas* (Valladão 1937: vol. II, 169 e 173).

Na primeira ocasião, em 1854, o empenho do deputado conservador Antônio Cândido da Cruz Machado não foi exitoso, apesar do projeto ter sido proposto a uma câmara na qual seu partido possuía a maioria (Veiga 1896: 37). Contudo, a idéia não foi esquecida. Cinco anos mais tarde, o discurso do campanhense conservador Dr. Antônio Dias Ferraz da Luz, publicado no jornal *Sul de Minas* de 12 de outubro de 1858, deixou evidente a luta pelos interesses específicos do sul da província, freqüentemente sufocados pela Lei Interpretativa do Ato Adicional, que cerceava as municipalidades. As palavras do Dr. Antônio da Luz nos fornecem subsídios para pensar a lógica do desmembramento, a partir da perspectiva territorialista já exposta acima, e nos mostra uma outra face da relação entre o centro e a periferia da Província e desta em relação ao centro do Império, que em certo sentido também permeara a proposta de divisão que criaria a Província do Rio São Francisco.

O referido discurso constrói uma imagem para a cidade de Campanha como a representante mais fiel dos interesses gerais do sul de Minas, os quais teriam sido sempre fundados na razão e na justiça e baseados nas leis do Império. Esta imponente posição de Campanha era consubstanciada em sua grande extensão territorial, abrangendo a Serra da Mantiqueira. O discurso é claro quanto ao desejo de separação em relação a Ouro Preto, considerada faustoso fantasma que acabava por impedir o desenvolvimento das regiões mais afastadas. É interessante notar que Antônio da Luz recorda os tempos em que o sul possuía uma extensa jurisdição municipal, isto é, quando suas leis tinham um raio de atuação de quase três mil léguas.

<sup>5</sup> Relatório do Presidente da Província de Minas Gerais 1853: 1-4. Em: <<http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/457/000056.html>> (28.05.04).

É em função desta memória repleta de *glamour* que Campanha reivindica seus direitos consuetudinários de intervenção direta nos negócios que envolvem o sul da Província. São as práticas do foro civil e criminal, assim como aquelas relativas à economia municipal, que interessam aos sulistas recuperar. O decréscimo da população e o recuo do comércio e das riquezas são vistos como fruto do descaso e rigidez de Ouro Preto, responsáveis pelo ceticismo e pelo isolamento de sua elite. O tom do discurso é o de um pronunciamento pacífico, na forma de uma petição e nunca de uma conspiração. A fala do Dr. Antônio da Luz pretende ser o desabafo de quatrocentos mil habitantes que anseiam por transformações urgentes, condizentes com seus interesses específicos e diferentes daqueles defendidos por Ouro Preto. Ele ressalta: “o Sul de Minas é a parte mais importante da Província; devia ser colocado no mesmo pé de igualdade, que as outras regiões – o direito é único, e indivisível, e em frente dele todos somos Mineiros da província de Minas” (Valladão 1937: vol. I, 173).

O discurso não esclarece quais seriam os interesses específicos do sul, mas o relatório do Presidente de Província, do ano de 1855, apresenta um mapa sobre as principais indústrias de vários municípios mineiros, incluindo alguns desta área.<sup>6</sup> Neste mapa, o Secretário da Presidência da Província, Antônio José Ribeiro Bhering, fornece um panorama das diferentes atividades industriais, de acordo com as informações cedidas pela respectivas Câmaras Municipais. É fácil perceber a recorrente reclamação da falta de braços nas antigas áreas auríferas, a produção de alimentos voltada para consumo interno, o cultivo da cana e a criação de gado nos município localizados na área desmembrada a partir de Sabará. Tal perspectiva é bem diferente daquela vivenciada pela área desmembrada a partir de Ouro Preto, principalmente dos municípios mais ao sul, com uma criação de gado e de porcos para exportação, produção de alimentos voltada para mercantilização, ligando-se ao Rio e a São Paulo. Percebe-se esta diferença também na área desmembrada a partir de Mariana, onde alguns municípios, como Mar de Espanha e Pomba, já desenvolviam a cultura do café, cujo *boom* ocorreria nas décadas de 60 e 70.

É nesse jogo de interesses que o discurso deve ser avaliado. A conjuntura nacional em que é formulado aponta para uma situação na qual predomina a conciliação partidária. Este é um momento em que as diferenças entre conservadores e liberais se diluem no Ministério e o café é definido como novo produto de exportação. Por outro lado, os conservadores mineiros continuam a atuar pesadamente tanto na Assembléia Provincial quanto na Geral. Para se ter uma idéia, dos quarenta e um deputados provinciais que atuaram no ano de 1855, 78% foram identificados como conservadores. Na Assembléia Geral, a situação era ainda mais avassaladora, com 90% de conservadores. Os dois únicos deputados liberais por Minas, nesse ano, foram o negociante Francisco de Paula Santos e Caetano Alves Rodrigues Horta.

No que diz respeito ao aspecto territorial, citado no discurso do Dr. Antônio da Luz, podemos confirmar alguns dados quanto à repartição do poder na região mais ao sul da Província. Com os desmembramentos e a formação de novos municípios, como os de Baependi e Jacui, em 1814, Pouso Alegre, em 1831 e Itajubá, em 1848, há uma quebra territorial e, conseqüentemente, uma drástica redução de força na relação de poder exis-

<sup>6</sup> Relatório do Presidente da Província de Minas Gerais 1855: Mapa SN. Em: <<http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/460/000131.html>> (28.05.04).

tente com Ouro Preto (Costa 1970: 114). A divisão de Campanha em novos municípios, até a data do discurso, serviu para enfraquecer sua representatividade política em relação à área mais uniforme, próxima à Capital provincial. Este processo inverteu a situação anterior, quando Campanha congregava os interesses do sul da província. O município demorou 80 anos para se desvincular da área territorial de São João Del Rei, que possuía apenas uma divisão: Tiradentes (1718).

Embora o projeto, uma vez mais, não tenha sido levado adiante, não foi esquecido. Em 1863, outro conservador campanhense, o então representante de Minas na Assembléia Geral, Evaristo Ferreira da Veiga, retomou a idéia da emancipação do Sul de Minas, decretando-a até que a Assembléia revertesse a decisão. O projeto, desta vez, contou com assinaturas importantes de várias partes da província, principalmente do sul. Dentre os vários políticos que aderiram ao movimento emancipatório encontram-se o deputado conservador Agostinho José Ferreira Bretas, médico e oficial da Ordem da Rosa, natural de Pilar (sudeste da província), eleito em quatro oportunidades para a Assembléia Provincial (1848, 1850, 1852 e 1854) e em cinco para a Assembléia Geral (1853, 1857, 1861, 1864 e 1877) e seu irmão, o deputado conservador Rodrigo José Ferreira Bretas, eleito quatro vezes para a Assembléia Provincial (1852, 1854, 1856 e 1860).<sup>7</sup>

Após o fracasso da proposta apresentada por Evaristo Ferreira da Veiga em 1863, um novo projeto chegou à Câmara em 11 de julho de 1868, desta feita liderado pelo advogado e deputado liberal Américo Lobo Leite Pereira, campanhense mais tarde estabelecido em Leopoldina, eleito para a Assembléia Geral em 1867 (Valladão 1937: vol. I, 174; Senna 1906: 596). Através desse projeto, o deputado Américo Lobo propôs a criação da Província do Sapucaí, compreendendo os municípios de Lavras e aqueles pertencentes às comarcas de Baependi, Jaguari, Sapucaí e Rio Grande. A sede da capital da nova província seria Campanha (Veiga 1998: vol. III-IV, 670). Assim como os demais projetos enviados à Assembléia, este também não entrou em discussão. Logo em seguida, deu-se início a mais um período conservador e, evidentemente, as pretensões de um deputado liberal de tendências republicanas não iria surtir efeito no período político subsequente. Contudo, é importante ressaltar que a família Leite Pereira apresentava-se de forma consistente no jogo de poder e, no âmbito municipal, dois de seus membros foram agraciados: Joaquim, com a comenda de Cavaleiro da Ordem da Rosa, em 14 de março de 1855 e José, outro Cavaleiro da Ordem da Rosa, anterior a Joaquim, em 20 de março de 1852.<sup>8</sup> O mesmo destino dado aos projetos acima expostos foi dado a outro projeto, levado à discussão em 1884.

<sup>7</sup> Trindade (1951: 113); Valladão (1937: vol. I, 171); Arquivo Nacional – Fundo: Casa Real e Imperial, Código 0 O, Códice 14, volume IX: 74 verso.

Outros nomes constam do documento, além dos citados no texto acima, são eles: J. J. Teixeira Júnior, Pereira Pinto, Luiz Antônio da Silva Nunes, J. Madureira, A. J. Henriques, Rodrigo Silva, Barbaosa da Cunha, Silveira da Mota, Siqueira Mendes, Fernando da Cunha, Manoel Fernandes Vieira, Paulino José S. de Souza, Calazans, Diogo Velho, Fiel de Carvalho, Corrêa de Oliveira, J. G. Nebias, Carneiro da Cunha, Leandro Bezerra, Sérgio de Macedo, Pedreira, Jaguaribe, Lamego Costa, Carlos Luz, Viriato, Pinto de Campos, Melo Rego, Oliveira Belo, Raposo da Câmara, Barão da Bela Vista, F. J. Fialho, Bandeira de Melo, Luiz Carlos de Almeida Pereira, Paes de Mendonça, Simplício de Souza Mendes, Lima e Silva, F. de Aguiar e J. de Alencar.

<sup>8</sup> Arquivo Nacional – Fundo: Casa Real e Imperial, Código 0 O, Códice 14, volume IX: 71 e 54.

## Os clãs mineiros: suas titulações e seus partidos políticos

A questão separatista deve ser levada em consideração mediante uma outra perspectiva, que também pode lançar novas luzes sobre a questão das relações de poder na Província de Minas Gerais, qual seja a das titulações concedidas aos clãs envolvidos nos movimentos separatistas mineiros. Vale reafirmar aqui, uma vez mais, as ligações entre a política, as concessões de títulos e os poderes locais numa dinâmica com o centro do Império, local de distribuição de títulos, mercês e cargos, lembrando-se que o sul da província pertencia à área histórica que configurou o núcleo da província, a saber, Ouro Preto. Esta área mais antiga da província constituiu-se na maior detentora de políticos e de titulares ao longo do Império. Através de um levantamento minucioso, cruzando diversas referências bibliográficas, incluindo dicionários, efemérides e jornais, nos foi possível identificar, num primeiro momento, alguns números referentes aos políticos mineiros com titulação e, num segundo momento, perceber as posições partidárias dos mesmos de acordo com a região de origem. Estaremos, portanto, nos sustentando nestas referências<sup>9</sup> para trabalhar os dados apresentados abaixo, relativos aos políticos mineiros ao longo do século XIX.

Assim, fazendo um balanço das demais áreas oriundas das primeiras vilas, poderemos construir um panorama mais claro da política e da prática de titulações em Minas. Na área desmembrada a partir de Mariana, o total de políticos com algum tipo de título nobiliárquico era de aproximadamente um quarto do número de títulos da área de Sabará. Esta última área, por sua vez, possuía dois terços do número de títulos concedidos à área de Ouro Preto. Contudo, vale ressaltar que aqueles políticos com titulações, cujas áreas de origem ainda não foram identificadas, somam cerca de um terço do total de políticos com algum título nobiliárquico.

Em termos partidários, observa-se o que poderíamos chamar de empate técnico: 32% de políticos com tendência conservadora e 31% liberal, sendo que não foi possível identificar a opção partidária dos demais 27%. Trata-se de um número bastante expressivo que comentaremos na conclusão deste artigo. Contudo, em termos partidários, a área mais ao sul da província (correspondente à área de desmembramento oriunda de Ouro Preto e que abrange parte das regiões geográficas do Campo das Vertentes e Metalúrgica) apresenta características um pouco distintas destas últimas. Nestas duas regiões, podemos perceber um maior número de políticos com tendências liberais, o que destoa do equilíbrio entre conservadores e liberais da região Sul, equilíbrio, aliás, que aproxima esta região das características apresentadas pela Zona da Mata.

De um modo geral, os conservadores do sul da província encontravam seus representantes nas famílias Veiga, Lemos, Vilhena e Barros Cobra e os liberais nas famílias Ribeiro da Luz, Ferraz da Luz, Maciel, Leite e Pena (Horta 1956). Apenas a título de ilustração das imbricadas relações familiares estabelecidas ao sul da área desmembrada a partir de Ouro Preto, a família Veiga apresentava ligações matrimoniais e/ou de amizade e compadrio com um extenso grupo de famílias compreendendo os Vaz, Lopes Araújo, Ferreira Lopes, Lobo Leite Pereira, Sales, Ribeiro da Luz, Brandão, Bueno, Paiva, Vilhe-

<sup>9</sup> Veiga (1897: vol. I-IV); Silveira (1926); Rheingantz (1960); Blake (1893); Senna (1906); França (1933); Velho Sobrinho (1937); Moya (1939); Barbosa (1995).

na, Valadão e Ferreira. Este grande grupo, por sua vez, ligava-se aos Botelho e Andrade que, freqüentemente, se posicionavam contrários ao Álvares da Silva, cuja influência política era enorme tanto no âmbito provincial quanto nacional, congregando os Cordeiro Valadares, Abreu e Silva, Souza Machado, Oliveira Campos, Castelo Branco, Melo Franco e Campos. Todos esses clãs e grandes grupos familiares, que nos servem apenas de pista, detinham poder político através de suas participações recorrentes nas assembleias e demarcavam importantes posições locais com seus títulos e comendas, assim como com as nomeações para os cargos de juiz de fora, de direito ou de órfãos. Portanto, a questão familiar na política mineira é bastante importante e constitui um ponto de singularidade da província de Minas em relação a outro pólo político do Império, a Bahia, configurando uma espécie de clientelismo muito mais acentuado.

Numa rápida comparação podemos perceber que Minas fez mais Presidentes de Província oriundos da própria terra natal do que a Bahia. Dos 47 presidentes desta província, apenas 17 eram baianos (Mattoso 1992: 259), ao passo que dos 48 presidentes de Minas apenas 28 eram mineiros. Ainda no que diz respeito à política provincial, outro dado relevante confirma a especificidade das redes clientelares mineiras como um reflexo direto da política efetuada pelas mesmas: Minas apresenta um total de 499 nomes circulando na política provincial, enquanto que a Bahia tem 509. Contudo, enquanto na Bahia 20% destes políticos apresentam carreira superior a 6 anos (Mattoso 1992: 265), em Minas esta porcentagem cai para 13,6%, o que indica uma concentração de poder bem mais acentuada.

Essa tendência se manteve no nível nacional, conforme apontam os dados referentes aos representantes da Assembléia Geral. Na Bahia, eram 280 cadeiras para 135 políticos. Minas possuía 1/5 de cadeiras a mais do que a Bahia e, conseqüentemente, um número maior de políticos: 177, ou seja, 24% a mais do que o número de políticos baianos. Minas apresenta, proporcionalmente, uma concentração maior de poder também na política nacional: 30,5% dos políticos mineiros tiveram mais de duas eleições, enquanto que na Bahia, 27%. Contudo, a diferença maior reside na dependência dos laços familiares e relações pessoais nas localidades para alcançar a política nacional. Na Bahia, dos 135 políticos apenas 32 (23%) não tiveram mandatos provinciais (Mattoso 1992: 271). Já em Minas, dos 177 políticos, 79 (44,6%) não passaram pela Assembléia provincial.

Dessa maneira, os dados indicam que as redes clientelistas eram mais intensas em Minas Gerais do que na Bahia, pois Minas fazia mais presidentes, embora possuísse uma elite política provincial bem menor do que a baiana. Em termos de política nacional, a elite que circulava na Assembléia Geral era proporcionalmente mais concentrada e ainda apresentava uma particularidade: grande parte dela dependia, exclusivamente, dos laços familiares e de amizade para se eleger, tendo em vista que não havia passado pela política provincial. Além disso, os dados biográficos dos políticos mineiros não informam muito sobre carreiras burocráticas em massa. Muito pelo contrário: menos de um décimo deles foi nomeado pela Corte para ocupar cargos públicos, registrando-se tratar-se aqui, principalmente, dos quadros do aparato judiciário.

Um outro ponto relevante, a partir dos dados expostos, é que esses laços familiares e de amizade se configuravam em redes intensas de sociabilidade. Em outras palavras, mesmo possuindo tendências políticas diferenciadas, as famílias mineiras tinham um alto grau de intersecção, com quase metade de seus membros interagindo na política, tanto no nível provincial quanto no nacional. O Quadro 1 mostra a atuação política desses grandes clãs, assim como suas tendências partidárias no palco político nacional.

**QUADRO 1:**  
**Famílias mineiras atuantes na política provincial e nacional,**  
**ao longo do Segundo Reinado, por partido e região histórica**

<b>Região Histórica</b>	<b>P. Liberal</b>	<b>P. Conservador</b>	<b>P. Republicano</b>	<b>S/ definição partidária</b>
Mariana	Carvalho, Torres, Ferreira, Martins, Arantes e Maciel	Vasconcelos, Teixeira, Coelho, Peixoto, Capanema	Alvim, Ferreira, Martins	Barbosa, Melo, Rezende, Brant, Lima, Alves, Brandão
O. Preto	Ribeiro da Luz, Botelho, Lima Duarte, Oliveira Pena, Cerqueira Leite, Coelho da Cunha, Fortes, Ribeiro, Nogueira Penido, Ferreira, Ferraz da Luz, Paula Santos, Pereira, Assis Figueiredo, Carvalho, Tostes, Vidal, Moreira Pena	Veiga, Monteiro, Magalhães, Lemos, Nogueira da Gama, Rezende, Vasconcelos, Mourão, Teixeira, Rodrigues e Ribeiro	Rodrigues Pereira, Lobo, Andrada, Assis Figueiredo, Bias Fortes	Machado, Brito, Silveira, Sales, Souza, Barbosa, Melo e Souza, Campos, Rezende, Mota Paes, Azevedo, Paes Leme
Sabará	Godoi, Otoni, Assis Martins, Ferreira Carneiro, Melo Franco, Álvares da Silva, Abreu, Coelho da Cunha, Abreu e Silva, Cordeiro Valadares, Mascarenhas, Oliveira Pena, Maciel e Mata Machado	Ferreira Pena, Ferreira Bretãs, Vasconcelos, Araújo Viana, Fernandes Leão, Cruz Machado, Monteiro, Azevedo, Ramos Horta, Mota Pacheco, Capanema	Otoni, Felício dos Santos, Costa Sena	Barbosa da Silva, Abreu, Drumond, Mesquita, Moraes, Lobato e Rodrigues
S/ definição	Lobo, Pinto Coelho, Torres, Rodrigues Horta, Oliveira e Silva, Pena e Fortes	Viana, Castro, Lobato, Monteiro, Sales	—	Machado, Carneiro de Campos, Sá, Portela, Vasconcelos, Fonseca, Brandão, Gama Vilas Boas, Andrade

Fonte: Genovez (2004: 408).

Um outro ponto que vale ser levado em consideração, e que também contribui para uma melhor visualização das relações de poder, são as estratégias de uniões familiares, utilizadas pelos clãs acima relacionados. De um modo geral, essas estratégias consistiam

em uniões matrimoniais, mas também ocorriam através do apadrinhamento. Além disso, as relações de amizade eram consideradas importantes vínculos nessa sociedade, baseada na honra e na tradição. Portanto, os inúmeros vínculos matrimoniais, de amizade e de compadrio emprestavam aos clãs envolvidos uma considerável consistência na atuação política, seja ela efetuada na Assembléia Provincial ou na Geral, como pudemos observar no exemplo citado acima. Apenas para se ter uma idéia do emaranhado de relações existentes entre os clãs mineiros, ao longo da pesquisa tivemos a oportunidade de identificar cerca de trinta e um grupos familiares, com atuação política e com títulos honoríficos que, de alguma maneira, mantinham ligações entre si, sempre buscando aumentar ou sedimentar o próprio poderio político e honorífico.

Tendo em vista essas intensas redes de sociabilidade e o baixo índice de treinamento da elite mineira, via aparelho burocrático, como podemos explicar o fato de Minas apresentar um comportamento político, tanto no nível provincial como no nacional, semelhante ao restante do Império, durante a segunda metade do século XIX? É nesse sentido que retomamos nossa justificativa pelo estudo do caso mineiro e a proposição do avanço em relação à proposta de clientelismo, sugerida por Richard Graham.

Em outras palavras, acreditamos que os fazendeiros decorados com baronias, comendas e patentes não podem ser avaliados como simples cortesãos de ministros, conforme argumenta Raymundo Faoro (1988: 38). Assim como também não aceitamos literalmente a proposta de Richard Graham, que vê no clientelismo a força hierarquizante da sociedade imperial (1997: 99-100). Esse suposto controle e treinamento da elite mineira passava, efetivamente, por outros canais, como a educação, a religião e, principalmente, as mercês – concernentes a títulos nobiliárquicos e comendas. O que abre espaço para um outro mercado, diferente daquele voltado para os valores permeados por interesses econômicos e fincados, somente, nos cargos do Império. Falar de titulações, comendas e famílias evoca os valores mais subterrâneos da sociedade mineira do período imperial; evoca, também, um outro mercado de oferta e de procura bastante singular, onde a honra e a tradição são elementos fundamentais.

Neste mercado se estabelece a economia política de privilégios, responsável pela distribuição de mercês, que, por sua vez, reforçam a sujeição e o sentido de pertença (Fragoso/Gouvêa/Bicalho 2000). Por isso, pensar tal processo, dentro da elite política mineira, demanda uma outra lógica. Mesmo sem perder de vista que uma carreira política bem sucedida dependia, em grande medida, de um cálculo preciso de virtudes e situações – abrangendo o nascimento, a cultura e as redes de amizade<sup>10</sup> – o sentido de pertença a um clã era bem forte entre os mineiros, conforme evidencia o expressivo número de clãs com ligações familiares, já exposto acima.

É evidente que esta característica não ocorreu única e exclusivamente em Minas. Porém, foi nesta província que ela se apresentou de forma mais intensa, acarretando uma distinção em relação à concentração do poder na Bahia, por exemplo. De posse desta particularidade, a sociedade mineira trazia, em seu âmago, uma forte necessidade de demonstrar, publicamente, a honra e a tradição – elementos essenciais que emprestavam a determinado clã o sentimento de pertença a um grupo privilegiado, assim como abria espaço para novas ligações e trocas. Nesse sentido, é importante lembrar que o homem

<sup>10</sup> Graham (1997); Carvalho (1996); Leite (1986/87: 48).

honrado, dentro da visão herdada de Portugal, é aquele que “constantemente, e por um sentido habitual, procura alcançar a estima, boa opinião, e louvor dos outros homens, e trabalha por merecer, e não só cumprindo exatamente todos os seus deveres, mas também aspirando ao primor da virtude pela prática das ações, que procedem do ânimo nobre e generoso” (Silva 1848: vol. II, 148).

Esse sentimento de dignidade e merecimento nasce de um “bem entendido amor de nós mesmos, [que] nos leva diretamente à virtude, e às ações generosas, como único meio de alcançarmos a estima, boa opinião, e louvor dos outros homens” (Silva 1848: vol. II, 148). Por sua vez, as ações generosas que visam à estima dos outros dão origem ao sentimento de decoro que leva o indivíduo a observar aquilo que é decente, conveniente e agradável aos demais, principalmente em relação às atitudes que não estão regidas por lei: “E, a dignidade nasce da justa idéia, que fazemos da nobreza do nosso ser, e da graduação do lugar, ou dos empregos, que ocupamos na ordem social” (Silva 1848: vol. II, 148; ver também Schwartz 1988: 209). Portanto, o homem honrado é aquele que age com decoro e dignidade, que reconhece o valor da graduação de seu lugar, e cujas atitudes são guiadas no sentido de obter a estima dos outros, tendo em vista que observa tudo aquilo que possa contribuir para com os demais membros da sociedade.

Tal fato se torna evidente quando verificamos que havia sempre um agraciado – com títulos nobiliárquicos ou comendas, as mais variadas – em cada um desses clãs. Algumas famílias contavam com uma grande margem de manobra dentro do mercado de oferta e procura estabelecido entre elas, exteriorizando o apreço e o reconhecimento público e apresentando um número elevado de agraciados. Entre elas, podemos citar as mais destacadas: Almeida, Álvares, Assis, Barbosa, Campos, Coelho da Cunha, Ferreira, Fonseca, Guimarães, Horta, Leite, Lima, Machado, Maciel, Magalhães, Martins, Melo, Monteiro, Oliveira, Paes, Rezende, Ribeiro, Rodrigues, Santos, Teixeira, Viana, Vieira, Nogueira, Pena e Carneiro.

É a partir de um relacionamento de troca freqüente entre estas famílias – cuja base de negociação não se restringia apenas a cargos burocráticos – que temos que inserir o debate sobre centralização e descentralização do poder no Império e reavaliar a relação entre centro e periferia. Apesar do grande número de clãs identificados dentro da política mineira ao longo do Segundo Reinado, essa estratégia patrimonialista evoca soluções diferenciadas por parte do governo central, no tocante ao controle dos potentados locais. Se a solução nem sempre passava pelas vias do treinamento burocrático, ela certamente ganhava novos contornos através das graças, tornando a província mineira uma das mais contempladas. Aliás, os mineiros só perdem em número de titulações para o Rio de Janeiro, somado à Corte (Rheingantz 1960).

Por outro lado, outros elementos contribuem para reforçar a autoridade central. Um deles é o fato de que grande parte desta elite proporcionava uma educação superior a seus filhos. De acordo com os dados apurados, cerca de 60% dos políticos mineiros formaram-se pelas Faculdades de Recife ou de São Paulo. Desta última provinha a grande maioria dos recém-formados em Direito nascidos em Minas. Embora nem todos os jovens bacharéis iniciassem uma carreira burocrática, para ter acesso às cadeiras da Assembléia eram necessários valores e visões de mundo adquiridos durante os anos de estudo. A herança deixada por Coimbra nas duas referidas Faculdades deu frutos diferenciados. Ao contrário das influências mais liberais da Escola de Recife, a Faculdade de São Paulo seguia mais a linha franciscana e o traço pragmático recorrente do pombalis-

mo. “Em que pese sua adesão formal aos pressupostos liberais vigentes no momento de fundação, a escola paulista tem, ao longo dos anos, adaptando pragmaticamente estes pressupostos aos interesses de suas oligarquias regionais (seja no setor agrário, seja no industrial ou financeiro)” (Néder 2000: 145).

É sempre em nome desses interesses que freqüentemente os políticos mineiros se esforçavam em equilibrar e conjugar o domínio da maior população escrava em comparação às outras províncias do Império – de 170 mil em 1819 para 380 mil em 1873 (Martins 1980) – com a noção de ordem. Seguindo o raciocínio de Ilmar de Mattos, os grandes proprietários de terra e escravos buscavam garantir o mando da Casa, chocando-se com os Saquaremas, a quem competia coibir as exagerações (Mattos 1994: 113-114). Havia, portanto, uma tensão latente que deve ser melhor avaliada. Conforme Ilmar de Mattos, por um lado, era necessário manter a ordem na província de maior número de escravos do Império; por outro, buscava-se a liberdade do mando da Casa e o domínio sobre o monopólio da mão-de-obra escrava.

Ao retratar a política “alaranjada” de Minas, onde os homens individuais somente conseguem ver o amarelo ou o vermelho, Oliveira Torres revela o ideal mineiro, centrado na Liberdade e na Ordem: “a garantia das liberdades essenciais do ser humano, num mundo em que todas as coisas tinham o seu lugar certo” (Torres 1980: 890). Tomando este eixo como ponto de partida, torna-se difícil ao político mineiro falar em liberdade e em garantia de direitos essenciais sem uma autoridade que, efetivamente, faça a lei ser respeitada. Assim, “se considerarmos a Segurança como o ideal supremo, por englobar em seu bojo a Liberdade, a Ordem e a Justiça, podemos dizer que os velhos mineiros procuravam esta segurança do indivíduo e da sociedade, perfeitamente realizada no mecanicismo sutil e inteligente da monarquia constitucional” (Torres 1980: 890).

Estes indicativos do comportamento político teriam raízes na gênese da província mineira que, diferentemente de outras regiões da Colônia, sofreu mais intensamente o peso da lei, sendo a única capaz de ordenar o confuso e perigoso universo criado pela mineração. Vivendo um cotidiano urbano e de efervescência comercial totalmente contrário ao do senhor de engenho, o mineiro valorizava a liberdade, mas não poderia ignorar a ordem (Torres 1980: 915).

Outro elemento que concorria para fortalecer os laços de obediência era a religião. Era a Igreja a responsável pela disseminação dos valores que sustentavam e mantinham arraigadas as noções de família, de pecado e de submissão (Legendre 1983), noções que permeavam toda a sociedade, principalmente no que tange à necessidade de se mostrar honrado, conforme vimos acima. E, para além da Igreja, as Irmandades e associações afins, estabelecidas em quase todas as povoações mineiras, complementavam o processo. Mas, ao mesmo tempo, esses grupos que se formavam dentro das Irmandades apresentavam uma identidade que não se afirmava isoladamente, mas, principalmente, reconhecendo uma origem e com traços culturais comuns, levando-os a se distinguirem uns em relação aos outros, tanto entre os negros como entre os brancos (Borges 1988: 14). Sob este ponto de vista, as irmandades podem ser entendidas como promotoras de uma intensa sociabilidade e de “um catolicismo carregado de práticas rituais que ajudaram na veiculação ideológica da doutrina” (Borges 1988: 18). Todo o substrato religioso que se estabeleceu ajudou na conformação de uma determinada visão de mundo que se embrenhou na política educacional e, conseqüentemente, na direção política do Império Luso e, depois, no território brasileiro. Essa visão de mundo era permeada pelo equilí-

brío entre razão e fé, onde o universo era visto de forma hierárquica e coerente (Néder 2000: 35).

Esta visão tinha reflexo direto na distribuição social do poder político, uma vez que o governo se posicionava no sentido de mediatizar a articulação dos corpos sociais. Não sendo, portanto, seu atributo destruir a autonomia de cada um desses corpos, mas manter a harmonia entre eles, “atribuindo a cada um aquilo que lhe é próprio, garantindo cada qual o seu estatuto (foro, direito, privilégio); numa palavra, realizando a justiça” (Hespanha 1994: 301). Um outro reflexo da concepção corporativa é a caracterização social dos indivíduos, sempre atrelada ao grupo que possui a mesma função e estatuto, sendo estes indivíduos definidos pela tradição. “Isto leva a que o estatuto social decorra não tanto da situação atual das pessoas, mas sobretudo de uma posse de estado estabelecida pela tradição familiar, pelo uso e pela fama” (Hespanha 1994: 308). A idéia de uma sociedade estratificada, nos moldes acima expostos, tem sua correspondente numa idéia de ordem – objetivo que deve ser perseguido pelos detentores do poder. O que podemos perceber, de um modo geral, é que, desde o período colonial, os arcabouços estatutário ou jurídico eram os responsáveis legais por esta prática quanto a hierarquias, privilégios e honras. “Sinais exteriores indicativos da graduação, formas de tratamento, insígnias, privilégios e obrigações definiam a posição dos indivíduos. O protocolo e a precedência assumiam importante significado simbólico em eventos públicos e reforçavam a posição e as prerrogativas de cada grupo” (Schwartz 1988: 210).

Concluindo, é bem verdade que existiam muitos Camachos pelo Império afora, mas o modelo exemplar que representava não pode ser considerado como o único em Minas Gerais. E, talvez, o caso mineiro nos forneça algumas pistas a respeito das freqüentes desilusões em relação às aspirações políticas da nossa personagem. No ambiente mineiro, a espiga sempre ficava do lado do muro que se articulava melhor e que apresentava as melhores condições de barganha no mercado de oferta e procura de privilégios. Basta lembrar que Camacho possuía uma pequena família.

Além disso, as qualidades pessoais, referentes à personalidade de cada um dos aspirantes aos cargos dos altos escalões do governo, assim como o comportamento social, estavam sempre em evidência. Neste cenário, ser político não era tão importante quanto ser pessoa digna de confiança. Era pautado na honra, na dignidade e na confiança que D. Pedro II fazia suas escolhas e recomendava nomeações. Pelo menos é o que demonstram suas próprias palavras:

Falamos do Ottoni (Teófilo) e o Caxias disse-me que julgava que eu devera ter ido ao Mucuri e escolhido o Ottoni senador na segunda proposta. Eu expliquei-lhe que não soube do empenho que o Ottoni tinha na minha visita ao Mucuri senão depois de minha volta ao Rio, e que se eu lá fora e se realizasse depois a compra da colônia pelo governo talvez ele ainda mais me julgasse seu inimigo quando eu não lhe tenho a menor antipatia e só o reputo muito injusto para comigo. Quanto à escolha de senador disse que sendo o Manuel Teixeira de Sousa candidato natural, por diversas vezes proposto, e sempre homem de idéias de ordem e bom servidor do Estado julgara menos justa a preferência do Ottoni, mas que talvez assim mesmo escolhera a este como fora minha primeira intenção para provar-lhe como sentia a seu respeito se Almeida Pereira a quem consultara sobre a escolha me não dissera que seria mal aceita do ministério e aconselhara para não fazê-la.<sup>11</sup>

<sup>11</sup> Diário do Imperador D. Pedro II (CD-ROM, Museu Imperial de Petrópolis, 1999), vol. IX, 15.01.1862.

Conversamos sobre política, e o Sousa Ramos disse-me que nunca falara em política com o Teófilo Ottoni, que ele julga ter caráter perverso por caluniar os outros. Até me pareceu não concordar comigo quando eu disse que Ottoni tinha inteligência muito acima do comum. Procurou defender o partido conservador da linguagem do periódico 3 de maio sobre a intervenção da coroa; mas não replicou ao que lembrei que correria sobre ditos iguais do Eusébio e Itaboraí, que aliás não me ofendiam por eu conhecer como é o coração humano e sobretudo dos políticos, e acrescentou que Ottoni se isolava por causa de seu caráter imperioso, não podendo a idéia da onipotência da coroa fazer mal algum, ao que retorqui ser natural que alguns, vendo essa acusação feita à coroa por ambos os partidos mais ou menos, e o estado pouco próspero do país na atualidade, atribuísem a falta de prosperidade da nação à intervenção da coroa. O Sousa Ramos objetou que pelo contrário poderiam pensar que menos próspero seria o país sem a intervenção da coroa, entendendo ele ministro, que o mal tem provindo dos ministros, que no ministério visam quase que exclusivamente a criar prosélitos. Não concordei com essa opinião, e, por ocasião do Sousa Ramos censurar com razão ao marquês de Olinda o ter dito que a política de conciliação viera do alto, conversamos sobre esta política, repetindo eu que minha conciliação sempre fora justa sem provocar a ninguém, e que, se admita que a execução dessa política produzira transações de consciência, também as idéias dos partidos estavam muito pouco discriminadas e os nomes é que quase somente diferenciavam os partidos. Declarei que sempre entendi que não podiam ser escolhidos para lugares de confiança políticos senão pessoas, que além de dignas de ocupar os lugares, esposassem conscienciosamente as idéias predominantes do governo, atendendo-se unicamente ao merecimento respectivo nas outras escolhas.<sup>12</sup>

Confiança, honra e dignidade, aliadas ao censo de ordem, dão contornos precisos à política imperial, como ficou expresso nas palavras de D. Pedro II, colocadas acima, e fornecem a tonalidade da política “alaranjada” de Minas. Fato que torna a visão historiográfica de uma Minas liberal bem mais complexa do que se coloca atualmente.

Ao longo do artigo foram puxadas várias meadas que precisam ser investigadas com mais profundidade, mas que aqui servem apenas como pistas para pesquisas futuras. Vale reafirmar, contudo, que pensar a política sem pensar suas bases territoriais e suas redes clientelares, com suas respectivas inserções políticas e seu alto grau de notabilidade, empobrece e distorce o olhar do pesquisador que pretenda ter uma noção mais dinâmica dos eixos de poder internos da Província de Minas Gerais e desta em relação ao centro do Império, tornando quase impossível compreender o tom “alaranjado” de sua política. Aliás, foi esse quadro, tão bem matizado com o “alaranjado” mineiro, que impediu a concretização das tendências separatistas dos municípios do Noroeste e do Sul. É este mesmo quadro que dá, em grande medida, uma nova conotação aos dados sem definição referentes à opção partidária, que apareceram quando tratamos dos vínculos entre políticos e titulares em Minas e de sua distribuição por região e filiação partidária. Há uma enorme possibilidade de que este quase um terço de indefinidos não representem uma lacuna nos dados pesquisados, mas sim uma tendência daqueles políticos que, insistente ou sabiamente, flutuavam entre a ordem pela liberdade e a liberdade pela ordem.

<sup>12</sup> Diário do Imperador D. Pedro II (CD-ROM, Museu Imperial de Petrópolis, 1999), vol IX, 19.02.1862.

**Bibliografia**

- Barbosa, Waldemar de Almeida (1995): *Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- Barbosa Filho, Rubem (2000): *Tradição e artifício: Iberismo e Barroco na formação americana*. Rio de Janeiro: IUPERJ.
- Blake, Augusto V. Alves Sacramento (1893): *Diccionario Bibliográfico Brasileiro*. Vol. I-VII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Borges, Célia Aparecida Resende Maia (1988): *Devoção branca dos homens negros: as irmãs do Rosário em Minas Gerais no século XVIII*. UFF, Niterói: Tese de doutorado.
- Carvalho, José Murilo de (1996): *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Relumê Dumará (2ª ed.).
- Costa, Joaquim Ribeiro (1970): *Toponímia de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado.
- Elias, Norbert (1994): *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Faoro, Raymundo (1988): *A pirâmide e o trapézio*. Rio de Janeiro: Ed. Globo (3ª ed.).
- Fragoso, João/Gouvêa, Maria de Fátima/Bicalho, Maria Fernanda Batista (2000): *Bases da Materialidade e da governamentalidade no Império: uma leitura do Brasil colonial*. Lisboa: Penélope.
- França, H. (1933) : *Galeria Nacional: vultos proeminentes da história brasileira*. 6º Fascículo. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil.
- Genovez, Patrícia Falco (2004): *O espelho da monarquia: Minas Gerais e a Coroa no Segundo Reinado*. Juiz de Fora: ClíoEdel.
- Ginzburg, Carlo (1989): *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel.
- Gouvêa, Maria de Fátima Silva (1998): “Redes de poder na América Portuguesa. O caso dos homens bons do Rio de Janeiro, 1790-1822”. Em: *Revista Brasileira de História*, vol. 18, Nº 36, pp. 297-330.
- Graham, Richard (1997): *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ.
- Hespanha, Antônio Manuel (1994): *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político: Portugal século XVII*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Horta, Cid Rabelo (1956): “Famílias Governamentais de Minas Gerais”. Em: *Segundo Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais.
- Legendre, Pierre (1983): *O amor do censor*. Rio de Janeiro: Forense.
- Leite, Beatriz W. de Cerqueira (1986/87): “A escalada política no 2º Reinado: a análise de algumas lideranças”. Em: *História* (São Paulo), 5/6, pp. 47-60.
- Machado de Assis (1959): *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- Martins, Roberto (1980): *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG.
- Mattos, Ilmar R. de (1994): *O tempo saquarema. A formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: Access (3 ed.).
- Mattoso, Kátia (1992): *Bahia, século XIX: Uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (2 ed.).
- Mello, Evaldo Cabral de (1999): *O Norte agrário e o Império (1871-1889)*. Rio de Janeiro: Topbooks (2ª ed.).
- Moya, Salvador de (1939): *Anuário Genealógico Brasileiro*. Ano I e III. São Paulo: s/ed.
- Néder, Gizlene (2000): *Iluminismo jurídico-penal luso-brasileiro: obediência e submissão*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos.
- Oliveira, Mônica Ribeiro de (1999): *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780/1870*. UFF, Niterói: Tese de Doutorado.

- Rheingantz, Carlos G. (1960): *Titulares do Império*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores/Arquivo Nacional.
- Russell-Wood, A. J. R. (1998): “Centro e periferia no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808”. Em: *Revista Brasileira de História*, vol. 18, Nº 36, pp. 187-249.
- Schwartz, Stuart B. (1988): *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Senna, Nélson de (1906): *Anuário de Minas Gerais – 1906*. Ano I. Belo Horizonte: Estado de Minas.
- Silva, Antônio de Moraes (1848): *Diccionário da Língua Portuguesa*. Vol. I-II. Lisboa: s/ed.
- Silveira, Víctor (1926): *Minas Gerais em 1825*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial.
- Souza, Augusto Fausto de (1880): “Estudo sobre a divisão territorial do Brasil”. Em: *Revista do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil*, tomo XLIII, vol. 61, Parte II.
- Torres, João Camilo de Oliveira (1980): *História de Minas Gerais*. Vol. II. Belo Horizonte/Brasília: Lemi/INL.
- Trindade, Raimundo (Cônego) (1951): *Velhos troncos ouropretanos*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais
- (1955): *Arquidiocese de Mariana. Subsídios para sua história*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial.
- Valladão, Alfredo (1937): *Campanha da Princesa*. Vol. I-IV. S/l.: Leuzinger S. A.
- Vasconcelos, Diogo Pereira R. de (1994): *Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais*. Estudo crítico por Carla Maria Junho Anastácia. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos Culturais.
- Veiga, José Pedro Xavier da (1896): “Representantes de Minas Gerais”. Em *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano I.
- (1897): *Efemérides Mineiras (1664-1897)*. Vol. I-IV. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.
- (1998): *Efemérides Mineiras (1664-1897)*. Vol. I-IV. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro.
- Velho Sobrinho, J. F. (1937): *Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro*. Vol. I-II. Rio de Janeiro: Gráfico Irmãos Pongetti.
- Wirth, John (1982): *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Xavier, Ângela Barreto/Hespanha, Antônio Manuel (1993): “As redes clientelares”. Em: Mattoso, José (dir.): *História de Portugal. O Antigo Regime*. Lisboa, Estampa, 1993, vol. IV (org. por A. M. Hespanha), pp. 381-394.